

Ata nº3/2026 - Quadriénio 2025 - 2029

Ao vigésimo nono dia do mês de junho de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Sousela, em Sessão ordinária, na sede da Junta de Freguesia de Sousela, sita na Estrada Santa Maria de Sousela, seiscentos e três, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia;

Ponto 2 - Apreciação e votação da ata da assembleia ordinária anterior;

Ponto 3 - Outros assuntos de interesse.

Presidiu à sessão o presidente da assembleia de freguesia, Jorge Morais.

A assembleia de freguesia teve a seguinte composição: em representação da coligação Lousada no Coração (PPD/PSD.CDS-PP.IL), Jorge Morais, Diogo Pacheco e Ana Rita Ferreira; em representação do Partido Socialista (PS), Ernesto Gonçalves.

As seguintes ausências foram devidas e oportunamente comunicadas ao presidente da assembleia: Sandra Ribeiro, Xavier Cunha, José Sousa, Catarina Sousa e Daniela Nunes.

Nos termos do disposto no regimento, foi desencadeado o processo de substituição da deputada Daniela Nunes (PS), tendo sido convocado o cidadão imediatamente seguinte na respetiva lista (PS), André Filipe, o qual comunicou a sua indisponibilidade para comparecer.

Foi subsequentemente convocada a cidadã seguinte na ordem da mesma lista (PS), Joana de Castro, que aceitou a convocatória, encontrando-se presente na sessão em substituição da deputada Daniela Nunes.

Verificou-se igualmente a ausência da deputada Catarina Sousa (PS), tendo sido desencadeado, nos mesmos termos, o respetivo processo de substituição, encontrando-se presente na sessão, em sua substituição, a cidadã Diana Moreira.

Estiveram também presentes o sr. presidente da junta de freguesia, Diogo Aires, e os membros do executivo: Susana Ferreira, tesoureira, e Sílvia Moreira, secretária.

Confirmado o envio atempado dos documentos de suporte às deliberações que constam nos pontos da ordem de trabalhos, verificadas as presenças e certificada a existência de quórum para que a reunião ocorresse, depois de cumprimentar os elementos da assembleia de freguesia, os elementos do executivo e o público presente, o presidente da assembleia de freguesia deu início aos trabalhos pelas vinte e uma horas e vinte e dois minutos.

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia

O presidente da assembleia comunicou a receção da renúncia ao mandato da deputada Daniela Nunes, eleita pelo Partido Socialista. Informou que, atendendo à proximidade entre a receção da comunicação e a realização da presente sessão, a substituição seria concretizada na assembleia de setembro, mediante convocação do membro seguinte da lista do Partido Socialista.

De seguida, a bancada do Partido Socialista, através do deputado Ernesto Gonçalves, reafirmou a intenção de exercer uma oposição responsável e construtiva, centrada na fiscalização da atividade do executivo, no acompanhamento dos compromissos assumidos e na apresentação de contributos para a melhoria da freguesia.

Foi ainda sugerida pelo mesmo deputado a transcrição integral das intervenções das sessões, com recurso a ferramentas informáticas, admitindo correções pontuais de linguagem, de modo a assegurar maior rigor e transparência na elaboração das atas.

O presidente da assembleia de freguesia, Jorge Morais, manifestou concordância com a avaliação dessa possibilidade e comprometeu-se a procurar uma sugestão para apresentar na sessão seguinte, referindo a necessidade de avaliar a qualidade das transcrições, os eventuais custos e as condições de segurança e tratamento da informação. Solicitou também aos deputados a apresentação de sugestões de ferramentas.

Foi igualmente abordada a possibilidade de aprovação das atas no próprio dia da sessão. O presidente da assembleia considerou que, com o procedimento atualmente utilizado, essa solução não seria viável, devido ao tempo necessário para a sua elaboração, admitindo a reavaliação da proposta após a implementação de um sistema de transcrição e a análise das alterações ao regimento que fossem consideradas necessárias.

Não foi submetida a votação qualquer das propostas apresentadas neste ponto.

Ponto 2 – Apreciação e votação da ata da assembleia ordinária anterior

O presidente da assembleia informou que tinham sido acolhidas as propostas de alteração remetidas pelo deputado Ernesto Gonçalves relativamente aos pontos quatro, cinco e oito da ata anterior, tendo procedido à leitura dos excertos correspondentes, nos quais constavam, entre outras matérias, os documentos de prestação de contas, o inventário e os apoios às associações. A assembleia tomou conhecimento das alterações, aceitou-as e agradeceu o contributo do deputado.

Uma vez que mais ninguém teceu considerações sobre este ponto, passou-se para a votação, tendo a ata da sessão anterior sido aprovada por unanimidade.

Passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Ponto 3 – Outros assuntos de interesse

O presidente da assembleia questionou se algum dos presentes gostaria de tecer algum comentário.

O deputado Ernesto Gonçalves, em nome da bancada do Partido Socialista, questionou o incumprimento do prazo anteriormente anunciado para a disponibilização do site institucional da junta de freguesia, referindo a ausência de atas, documentos oficiais, informação sobre os órgãos autárquicos e serviços digitais.

O presidente da assembleia, Jorge Morais, esclareceu que o mesmo se encontrava concluído e pronto para lançamento, estando pendentes verificações finais, e que a sua disponibilização deveria ocorrer nos dias seguintes, sem fixar uma data concreta. Solicitou ainda aos membros dos órgãos autárquicos o envio das fotografias necessárias à sua identificação na plataforma.

A pedido de moradores que contactaram a bancada do Partido Socialista, foram retomadas as questões relativas à sinalização e à segurança rodoviária em locais anteriormente identificados, incluindo a Rua sem saída em Soutelo, a Rua estreita entre Pretelo e Cavadas e a Rua da Soeira. A bancada do Partido Socialista questionou a existência de resposta escrita do município, de parecer técnico e de previsão para a colocação da sinalização, alertando para os riscos existentes, incluindo a necessidade de colocação de raides na Rua da Soeira.

O presidente da junta de freguesia, Diogo Aires, referiu os contactos e pedidos já efetuados junto do município. Segundo o presidente da junta, o município não considerava necessária parte da sinalização proposta, designadamente a relativa à prioridade de passagem entre Pretelo e Cavadas. Referiu também um alargamento previsto para dois mil e vinte e sete, dependente de negociações com os proprietários das habitações e terrenos naquela zona, designadamente com o senhor Daniel. Relativamente à colocação de raides na Rua da Soeira, o município, na voz do

engenheiro Nogueira, respondeu que não pode colocar raides em todos os sítios, tendo o presidente da junta informado que existem pedidos formais para o efeito. A bancada do Partido Socialista, na voz do deputado Ernesto Gonçalves, reiterou a preocupação com a segurança dos utilizadores, questionando o executivo se, caso ocorresse algum acidente numa das zonas assinaladas pelo Partido Socialista nas últimas assembleias por falta de sinalização, a junta de freguesia assumiria as responsabilidades ou se atribuiria a culpa ao município. O presidente da junta, Diogo Aires, respondeu que iriam reforçar os pedidos para a colocação da sinalização, mas que estranharia que houvesse agora uma rápida intervenção e colocação da mesma, visto terem andado imenso tempo a fazer pedidos à Câmara Municipal nesse sentido sem que nada tivesse sido efetuado. Foi solicitado que ficasse registado em ata o reforço desses pedidos.

A bancada do Partido Socialista questionou a existência de novas medidas ou de uma estratégia para aumentar as receitas próprias da freguesia. O presidente da junta, Diogo Aires, referiu as limitações das receitas disponíveis, dependendo a junta sobretudo das transferências do município e do Estado, e manifestou reservas quanto à cobrança de determinados serviços ou à criação de encargos adicionais para a população. Na resposta, não foi apresentado um novo plano de geração de receitas próprias, tendo sido abordada a possibilidade de aproveitamento dos imóveis após a sua regularização.

Foi discutida a possibilidade de recuperar imóveis atribuídos ao património da freguesia, designadamente habitações devolutas. O executivo explicou que a intervenção depende da regularização documental e da comprovação da titularidade dos imóveis, tendo referido o projeto de reabilitação de dois imóveis devolutos, um na Rua da Pedra Branca e outro noutra localização, com vista ao seu eventual arrendamento, bem como os contactos efetuados há vários anos com os serviços municipais para a respetiva legalização, a limpeza de uma das áreas e a necessidade de levantamento e recolha de testemunhos.

Foi novamente abordada a situação da antiga Escola de Moreira, tendo sido manifestada preocupação com o estado do espaço e com a ausência de utilização adequada. Foram discutidas possibilidades de reabilitação e aproveitamento para fins habitacionais, comunitários, culturais ou associativos. O executivo recordou que a proposta de reconversão do espaço para fins comerciais não fora aceite pelo município e que o assunto continua a ser apresentado anualmente, sem que tivesse sido apresentada uma solução definitiva ou um calendário de execução.

O deputado Ernesto Gonçalves recordou o compromisso anteriormente assumido de concluir a atualização do inventário durante o ano de dois mil e vinte e seis. Em nome da bancada do Partido Socialista, solicitou esclarecimentos sobre o estado da atualização, o património abrangido e a possibilidade da sua consulta. A tesoureira, Susana Ferreira, informou que o trabalho se encontrava em curso, com o apoio de um consultor externo, nomeadamente nas matérias relacionadas com o registo e a valorização dos bens, não tendo sido indicada uma nova data de conclusão.

Foram colocadas questões sobre o registo dos pedidos apresentados por telefone ou diretamente aos membros do executivo, incluindo nas suas residências, e sobre a garantia de igualdade de tratamento dos cidadãos. O executivo esclareceu que esses contactos complementam o atendimento nas instalações da junta e permitem responder a necessidades urgentes, sendo os pedidos posteriormente sujeitos aos procedimentos formais aplicáveis e registados. Foram referidos os seguintes horários de atendimento: aos sábados, das nove horas e trinta minutos às doze horas, e às segundas-feiras, das dezoito horas e trinta minutos às vinte horas.

A bancada do Partido Socialista na voz do deputado Ernesto Gonçalves voltou a propor a criação de atividades para crianças e jovens durante as interrupções letivas, sugerindo o recurso a programas de apoio, designadamente do IPDJ, e manifestando disponibilidade para colaborar na preparação de propostas e candidaturas. Foi também sugerido o envolvimento de jovens mais

velhos, designadamente estudantes universitários durante as férias, no apoio à dinamização das atividades, através de programas e apoios adequados. O executivo informou que ainda não existia um programa concretizado e descreveu tentativas anteriores de criação de um ATL, condicionadas pela indisponibilidade de instalações adequadas, tendo os pedidos de cedência de espaço dirigidos à paróquia e ao município sido recusados.

Foi igualmente retomada a proposta de criação de um espaço de convívio para idosos, tendo sido discutidas possíveis instalações, condições de utilização e necessidades de acompanhamento, tendo o executivo informado que não havia sido realizado qualquer estudo nesse sentido, embora tenha sido referida a existência de instalações mais recentes e com melhores condições, sem definição de uma solução ou calendário.

Foram solicitados esclarecimentos sobre a disponibilização da viatura particular do presidente da junta, nomeadamente quanto ao enquadramento dessa cedência e às responsabilidades associadas, designadamente para efeitos de seguro, tendo sido sugerida a possibilidade da sua formalização através de protocolo. O presidente da junta, Diogo Aires, esclareceu que se trata de uma ajuda prestada a título pessoal, fora da atividade institucional da junta e sem qualquer pagamento associado, e que já a prestava antes de exercer o cargo, pretendendo continuar a fazê-lo após o termo do mandato. Não foi tomada qualquer deliberação sobre a celebração de um protocolo.

Foi questionada a possibilidade de consulta dos orçamentos e despesas relativos às obras realizadas nas instalações da sede da junta de freguesia. O executivo informou que o processo se encontrava em fase de conclusão e que a documentação seria disponibilizada para consulta, tendo sido também abordada a possibilidade da sua divulgação no sítio institucional.

O deputado Ernesto Gonçalves referiu que as questões apresentadas incidiram sobretudo sobre o acompanhamento dos compromissos anteriormente assumidos, com o objetivo de contribuir para uma administração mais transparente e próxima da população, e saudou a forma tranquila como decorreu a sessão.

A Deputada Diana Moreira relatou situações de alegado consumo de estupefacientes e de perturbação junto de imóveis devolutos próximos dos tanques, manifestando preocupação com a segurança e a tranquilidade dos moradores e questionando se existia alguma solução prevista. O presidente da junta, Diogo Aires, referiu ter tido conhecimento de situações anteriores e ter realizado diligências no local. Não foi apresentada uma solução concreta, tendo sido debatida a necessidade de acompanhamento da situação.

O cidadão Silvério Pedro Ribeiro Lopes manifestou discordância com o registo da sua intervenção na ata anterior, considerando que o resumo não reproduzia suficientemente o contexto da discussão. Afirmou que a forma como a sua intervenção fora resumida o fazia passar por mentiroso e prejudicava o seu bom nome, imputando ao presidente da assembleia falta de imparcialidade na elaboração da ata. Retomou o assunto relativo à cedência de pedra à junta de freguesia e ao alegado acordo de entrega de blocos e paralelos, reiterando a sua versão dos factos e informando que a obra em causa já se encontrava concluída.

O presidente da assembleia, Jorge Morais, rejeitou a imputação de parcialidade e esclareceu que a ata procura sintetizar as intervenções. Acrescentou que eventuais omissões poderiam resultar da síntese ou da interpretação das intervenções, rejeitando que tivessem por finalidade favorecer qualquer força política. Procedeu à leitura do excerto em causa, no qual constavam a posição do cidadão, que referira um acordo que abrangia blocos e paralelos, e a posição do presidente da junta, que afirmara que o acordo abrangia apenas blocos. O cidadão manteve a sua discordância quanto à suficiência e contextualização desse registo.

Foi ainda discutida a comunicação do conteúdo da ata antes da sua aprovação. O presidente da assembleia manifestou reservas quanto à divulgação de versões ainda não aprovadas e solicitou que situações futuras fossem articuladas com a Mesa da Assembleia, referindo que, não estando a ata aprovada, a sua divulgação poderia dar azo a que as matérias não fossem devidamente compreendidas ou esclarecidas. Acrescentou que, caso se revelasse necessário, a assembleia poderia, por sua iniciativa, remeter o documento ao cidadão. Não houve nova votação nem retificação da ata na sequência desta intervenção.

Encontrando-se cumprida a ordem de trabalhos e por nada mais haver a tratar, o presidente da assembleia de freguesia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às vinte e duas horas e trinta e quatro minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada e devidamente arquivada.

O presidente da Assembleia de Freguesia:

(Jorge Morais)

A 1ª. Secretária

(Sandra Ribeiro)

A 2ª. Secretária

(Ana Rita Ferreira)